

ANC

# Ainda o 'País do Carnaval'?

L.G. NASCIMENTO SILVA

Vive o País um momento inequívoco de renovação. Busca-se renovar tudo, ou quase tudo. Por que então não se sacode de uma vez a preguiça nacional? Por que não se enfrenta com seriedade a continuidade da vida de trabalho, a necessidade que se tem de dar seqüência ao esforço de trabalhar e produzir?

Tivemos há pouco a semana do carnaval, que paralisou o País por cerca de dez dias. Agora acabamos de ter mais cinco dias de cessação de trabalho por conta da Semana Santa, e já estamos de olho no primeiro de maio, quando se comemora o dia do trabalho, naturalmente com a interrupção do trabalho em todo o País. Ai, que preguiça boa!

Tive a honra de exercer o cargo de Ministro do Trabalho e da Previdência Social no governo do Presidente Castello Branco, e apresentei ao grande Presidente um projeto de Decreto-lei limitando o número de feriados nacionais, assim como restringindo também o dos feriados estaduais e municipais. O Presidente prontamente acolheu a idéia e a converteu em lei: é que entendia ele, como eu, que o País precisava de mais trabalho para crescer e prosperar. Durou pouco, entretanto, a tentativa. Logo depois era abandonada e os feriados venceram; era mesmo a volta ao natural: o país do carnaval.

É que julgamos que temos tempo para tudo: então, por que a pressa? Veja-se bem o que ocorre com a Constituição. As eleições para sua organização tiveram lugar em 15 de novembro de 1986, e a As-

sembléia foi instalada em primeiro de fevereiro de 1987. São decorridos, pois, oitenta e três dias. E os trabalhos para sua elaboração ainda não foram iniciados, a não ser o da constituição de comissões.

Ora, a Constituição norte-americana, esse modelo de Carta que vai completar sob o unânime aplauso nacional seus duzentos anos, foi elaborada em cerca de três meses. E a atual Constituição francesa foi autorizada por uma lei constitucional de 3 de junho de 1958, apresentado o projeto definitivo à Nação já em 4 de setembro, e adotado por um referendo de 28 de setembro de 1958.

E nós? Estamos ainda solicitando pronunciamentos os mais variados: os das mulheres, os dos sindicatos, os dos professores, os dos trabalhadores, os dos índios, sei lá mais o quê. Temos um programa diário pela televisão sobre a Constituinte, mas certamente ele não contribui para a aceleração da nova Carta. São apenas depoimentos populares esparsos sobre as vantagens de uma nova Constituição. É um chover no molhado.

O Presidente Ulysses Guimarães já fez apelos sucessivos para acelerar o trabalho das comissões, mas até agora nada de concreto tem conseguido. Prossegue morosamente sua atividade, ouvindo uns poucos depoimentos, e já alguns constituintes solicitam ampliação do prazo para apresentação de suas conclusões, que fora fixado para 11 de maio. Por isso, o Ministro Paulo Brossard critica o que qualifica de "inorganicidade da Assembléia", ou se-

ja, a falta de uma coordenação geral. E o trabalho da Comissão Arinos parece estar relegado ao esquecimento.

No entanto, é urgente que tenhamos uma Constituição. Tantos problemas de Estado estão pendentes da definição que se dará à estrutura do Poder. As negociações sobre a dívida externa brasileira serão por ela favorecidas, sem dúvida alguma, pois a reestruturação constitucional do País será um fator de confiança. As relações entre o Poder Central e os Poderes Estaduais passam, nesse momento, por uma fase de incertezas e indefinições, e isso aumenta os problemas políticos, afetando a coesão nacional. Enfim, são tantos e tão prementes os problemas que estão suspensos pela indefinição de nossa estrutura constitucional.

Por que, então, essa incerteza quanto aos rumos do País? Por que se tergiversa tanto em torno das soluções desejadas? Por que essa consulta tão demorada e tardia às bases nacionais? Nós precisamos de uma Constituição, já, não no amanhã longínquo. Não podemos adiar indefinidamente a solução do regime constitucional brasileiro sob o pretexto de uma consulta infatigável às bases nacionais. Foi exatamente para isso que se elegeram os "constituintes", isto é, pessoas escolhidas pelo povo como seus mandatários para a elaboração de uma nova Carta Magna. Vamos ao trabalho.

E, sobretudo, acabemos com esse "País do Carnaval", e vamos dirigir o povo ao trabalho fecundo e produtivo. É o que deseja a Nação.